

## **VASCONCELOS, José Marcelino Pessoa de**

\*pres. ES 1898-1900; dep. fed. ES 1900-1902.

*José Marcelino Pessoa de Vasconcelos* nasceu em Vitória, no dia 4 de novembro de 1864, filho de José Marcelino Pereira de Vasconcelos e de Joaquina Pessoa e Vasconcelos. Seu pai foi deputado provincial e deputado geral, além de advogado, jornalista, servidor público destacado e escritor com muitas obras publicadas, entre elas *Jardim poético* (1856) e *Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo* (1857).

Fez os primeiros estudos em escola particular de Vitória, e os preparatórios no Ateneu Provincial, na mesma cidade. Continuou sua formação no Rio de Janeiro, inicialmente na Escola Politécnica, cujo curso não concluiu, e depois na Faculdade de Medicina, pela qual se formou em 1889. Voltou, então, ao Espírito Santo, fixando-se em Cachoeiro de Itapemirim e exercendo a clínica médica. Em 1894 retornou a Vitória, onde foi nomeado médico da Hospedaria de Imigrantes e professor da Escola Normal do estado, recém-criada. Em 1895, foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Construtor (PRC), então no governo. Ao final de seu mandato, foi escolhido pelo partido candidato à presidência do estado na vaga aberta pela renúncia de Graciano Santos Neves, que foi substituído interinamente pelo vice-presidente Constante Gomes Sodré. Eleito, tomou posse a 6 de janeiro de 1898.

Era um momento no qual se somavam dificuldades financeiras e políticas. Uma crise econômica provocada pela queda acentuada do preço do café no mercado internacional atingia duramente o Espírito Santo, cuja economia se baseava naquele produto, e reduzia as receitas do tesouro estadual, enquanto a alta do câmbio onerava o pagamento da dívida externa. No campo político, havia grande agitação no país e no estado – o que levava à renúncia o presidente Graciano Neves. No plano nacional, a oposição refluía, após o fracassado atentado à vida do presidente Prudente de Moraes em novembro de 1897, e a repressão que se seguira, mas o ambiente político ainda era de grande tensão. No estado, o pior momento também já passara, pois a oposição local, ligada à federal, fora atingida pelos

acontecimentos, tanto mais que um de seus mais importantes chefes, o deputado federal Torquato Moreira, estivera envolvido no atentado ao presidente da República. A radicalização política que marcara o ano de 1897 levava o Partido Autonomista (PA), do barão de Monjardim, a se unir ao PRC, formando o Partido Republicano Construtor Autonomista (PRCA), mas essa fusão provocou turbulência no PRC, que no ano anterior já sofrera uma cisão da qual saíra uma dissidência que incluía importantes chefes políticos.

José Marcelino era um novato na política capixaba, não tinha uma forte liderança e nunca participara da direção do partido. Fora escolhido candidato no auge da luta política, quando o principal líder do PRC, Muniz Freire, viera da Europa, onde se encontrava em missão oficial, especialmente para administrar a crise política surgida na sua ausência, e retornara antes da posse do novo presidente.

Para enfrentar a crise financeira, José Marcelino promoveu novos cortes nas despesas públicas com o funcionalismo civil e a força policial e tentou, sem sucesso, aprovar no Legislativo a criação do imposto territorial, acompanhada da redução do imposto de exportação sobre o café, igualando sua alíquota à do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Assinou um empréstimo com o Banco da República, cujas negociações já se processavam no governo anterior. Esse empréstimo deu certo desafogo às finanças estaduais e permitiu continuar, embora lentamente, a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, grande empreendimento dos governos anteriores. Mas, como a crise do café se estendeu por vários anos, acabou criando sérios problemas para o governo seguinte.

Sem força no partido, José Marcelino entrou em choque com o diretório central, e o conflito dividiu o Legislativo estadual. José Marcelino chegou a apresentar sua renúncia, porém, depois de quatro meses de embates e negociações, chegou-se a uma conciliação. O partido começou a ser realmente pacificado após o retorno definitivo de Muniz Freire ao estado, em abril de 1899, quando a política federal também se acalmara, com o início do governo de Campos Sales (15 de novembro de 1898). Tal quadro permitiu a José Marcelino desfrutar de alguma tranquilidade no último ano de sua administração, encerrada a 23 de maio de 1900, quando Muniz Freire iniciou seu segundo governo.

Poucos meses depois foi eleito deputado federal, tendo tomado posse em outubro de 1900. Não completou o mandato, pois faleceu precocemente em 11 de julho de 1902, no Rio de Janeiro. Não consta que tenha se casado.

*Nara Saletto/Fernando Achiamé*

FONTES: *Comércio do Espírito Santo* (1898-1900; *Jornal Oficial* (11/7/1906); MORAES, P. *Dicionário*; NOVAES, H. *Memórias*; PEREIRA, A. *Homens*; VASCONCELOS, José Marcelino Pessoa de. Mensagem ao Congresso Legislativo (7/9/1898).